



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

#### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;**

- 1.1. O problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público é a mitigação de um risco grave e iminente à vida e à integridade física do servidor responsável pela manutenção de pneus da frota municipal, uma atividade essencial para a continuidade dos serviços públicos. A etapa de calibragem expõe o trabalhador a um perigo extremo, que precisa ser neutralizado com urgência.
- 1.2. Essa necessidade é tecnicamente fundamentada e corroborada pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) do setor de Borracharia. O documento identificou o risco de "Explosão/estouro de pneus" e, em sua análise, o classificou com Nível Alto (8), atribuindo-lhe uma severidade "Fatal ou Incapacitante" (4). O PGR destaca que um acidente desta natureza pode causar desde surdez e esmagamento de membros até a morte do servidor.
- 1.3. Diante da gravidade, o próprio laudo técnico estabelece como medida de controle indispensável a "Implantar Gaiola para a Calibragem de Pneus". Trata-se de um Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) projetado com materiais resistentes e estrutura reforçada para conter a força de uma possível explosão, proporcionando um ambiente controlado e seguro para a inflagem.

#### **2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)**

##### **Problema Específico a ser Resolvido:**

- 2.1. Conforme detalhado na "Descrição da Necessidade", o problema central a ser resolvido é o risco grave e iminente à vida do servidor durante a calibragem de pneus de veículos pesados da frota municipal. O processo atual carece de uma medida de proteção coletiva eficaz para conter a energia de uma eventual explosão, expondo o trabalhador a um perigo inaceitável e documentado pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Busca-se, portanto, a solução que neutralize este risco específico de forma definitiva.

##### **Análise Comparativa das Alternativas Possíveis:**

- 2.2. Foram analisadas as seguintes alternativas para o problema do risco de acidentes na inflagem de pneus:

##### **ALTERNATIVA A: Manutenção do Processo Atual (Sem Gaiola de Segurança)**



- 2.3. Continuar a inflar os pneus sem o uso de um equipamento de contenção específico.
- 2.4. Processo de altíssimo risco. A inflagem de pneus de grande porte pode resultar em explosões ou no arremesso de componentes, com potencial para causar lesões graves ou fatais aos trabalhadores. Não existe outra medida passiva que ofereça o mesmo nível de segurança.
- 2.5. O custo de aquisição inicial é nulo. No entanto, o custo potencial de um único acidente envolvendo despesas médicas, indenizações, afastamentos, processos judiciais e danos à imagem da prefeitura é imensurável e exponencialmente superior ao valor do equipamento de proteção.
- 2.6. Portanto, manter esta alternativa significa anuir com um risco catastrófico à vida e à integridade física dos servidores, além de descumprir as boas práticas e normas de segurança do trabalho.

#### **ALTERNATIVA B: Aquisição de Gaiola de Segurança para Inflar Pneus**

- 2.7. Adquirir um equipamento de proteção coletiva construído com materiais resistentes, projetado especificamente para conter a força de uma possível explosão durante a inflagem de pneus. É a solução de engenharia projetada para este fim, minimizando drasticamente o risco de acidentes graves ao criar um ambiente de trabalho controlado e seguro. Trata-se de uma medida de proteção fundamental para a vida do trabalhador.
- 2.8. O custo de aquisição é relativamente baixo para um equipamento de segurança desta importância. O investimento é plenamente justificado pela prevenção de acidentes, pela consequente redução de custos com saúde e segurança, e pelo cumprimento das normas regulamentadoras.
- 2.9. A gaiola de segurança é a única alternativa que oferece uma barreira física eficaz contra o risco de explosão, sendo a medida de controle recomendada pelo laudo técnico do PGR. A sua não implementação caracteriza a manutenção de uma condição de trabalho de alto risco, o que é tecnicamente inaceitável.
- 2.10. Portanto, a solução é essencial para a segurança, prevenção de acidentes e conformidade com os princípios de saúde e segurança ocupacional.

#### **MEs e EPPs poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?**

- 2.11. Sim ( x )
- 2.12. O objeto da presente licitação trata-se exclusivamente de fornecimento de bens (aquisição de equipamento). Desta forma, não se enquadra nas vedações do art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006, pois não envolve cessão ou locação de mão de obra, nem se trata de serviços de vigilância, limpeza ou conservação. Portanto, não há impedimento para que as empresas contratadas utilizem os benefícios do regime tributário do Simples Nacional.

#### **Poderão participar Sociedades Cooperativas?**

- 2.13. Sim (x)





## Poderão participar Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio?

- 2.14. Não (x)
- 2.15. Trata-se de fornecimento de bem comum, de baixa complexidade técnica e logística. O mercado fornecedor para este tipo de objeto é amplo e composto por empresas aptas a cumprir o objeto individualmente. A formação de consórcios, neste caso, não traria incremento à competitividade e poderia onerar a análise da fase de habilitação sem trazer benefícios práticos à Administração, uma vez que não há exigência de capital ou capacidade técnica que justifique a união de empresas.

## Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

- 2.16. Foi realizada pesquisa na base de dados do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) buscando por Atas de Registro de Preços vigentes para o objeto "Gaiola de Segurança para Inflar Pneus". Conclusão: Não foram identificadas Atas vigentes que atendam integralmente às especificações técnicas de segurança exigidas por esta Administração, especificamente quanto à inclusão obrigatória de Laudo Técnico e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) assinada por engenheiro mecânico, conforme determinam as normas NR-12 e o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) municipal.

## É Vedada à Subcontratação

- 2.17. Sim (x)
- 2.18. Considerando a natureza do objeto e visando assegurar a qualidade técnica e a responsabilidade integral da contratada, fica vedada a subcontratação, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União. A execução do objeto não apresenta complexidade técnica que justifique o parcelamento da execução por terceiros. A centralização da responsabilidade na licitante vencedora é indispensável para garantir a efetividade da garantia, a validade da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e o cumprimento das normas de segurança (NR-12) sem a diluição de responsabilidades entre múltiplos agentes econômicos. Ressalta-se que a utilização de transportadoras para a entrega do bem não configura subcontratação do objeto para fins desta vedação.

## 3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

- 3.1. Não parcelamento da contratação
- 3.2. O objeto da presente contratação caracteriza-se como item unitário e indivisível. A natureza funcional do equipamento exige que este seja fornecido como um produto acabado, testado e certificado em sua integralidade.

## 4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

- 4.1. Para suprir a demanda será necessária uma unidade do item.



**5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)** estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

- 5.1. Estimativa Preliminar: R\$ 20.108,46. (vinte mil, cento e oito reais e quarenta e seis centavos).
- 5.2. A presente estimativa tem por objetivo aferir a viabilidade econômica da solução técnica escolhida e corrigir a distorção de valores identificada no Pregão fracassado nº 85/2025.
- 5.3. Realizou-se levantamento de mercado diretamente com fabricantes especializados, uma vez que a pesquisa em sites genéricos de compras governamentais mostrou-se ineficaz para capturar o custo da certificação de segurança exigida.
- 5.4. Foram obtidos os seguintes orçamentos preliminares:
- 5.5. Prod Master Indústria: R\$ 17.800,00.
- 5.6. Metalúrgica Dourados: R\$ 17.755,50.
- 5.7. Rhino Máquinas: R\$ 24.769,90.
- 5.8. Valor Médio Estimado: R\$ 20.108,46.
- 5.9. O valor apurado ratifica a necessidade de readequação orçamentária em relação à tentativa anterior. A variação de preço justifica-se pela inclusão obrigatória dos custos de engenharia, materiais de alta resistência e, principalmente, pela consideração de frete para entrega em Dois Vizinhos-PR visto que parte das cotações apresenta modalidade FOB, exigindo margem para que o fornecedor inclua o transporte no preço final CIF. O valor médio é compatível com a realidade de mercado para Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) certificados.

**6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)** a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

- 6.1. Em anexo.

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)** descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

- 7.1. A solução para mitigar o risco de acidentes graves na borracharia consiste na aquisição de um Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) Gaiola de Segurança para Inflar Pneus.
- 7.2. Este equipamento é projetado para conter a energia liberada em uma eventual explosão ou despressurização súbita de pneus de veículos pesados durante a calibragem, criando uma barreira física que protege a vida e a integridade física do servidor. A solução deve ser robusta, funcional e, acima de tudo, segura.

**Exigências Essenciais da Solução:**



- 7.3. A entrega do equipamento está condicionada ao fornecimento do respectivo Laudo Técnico e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitido por engenheiro mecânico habilitado. Este documento é fundamental para atestar que o produto foi projetado e construído para suportar os impactos previstos, em conformidade com as normas de segurança aplicáveis.
- 7.4. O fornecedor deverá oferecer uma garantia mínima de 12 (doze) meses contra quaisquer defeitos de fabricação, a contar da data do recebimento definitivo do bem.
- 7.5. O equipamento deverá ser acompanhado de manual ou ficha técnica em português, contendo, no mínimo, informações sobre a correta instalação, limites de uso, procedimentos de inspeção periódica e conservação.
- 7.6. A aquisição deste equipamento, atendendo a todas as exigências aqui descritas, representa a solução integral e definitiva para eliminar uma condição de trabalho de risco grave e iminente, alinhando-se aos objetivos de segurança do trabalho e de gestão responsável da Administração Pública.

## **8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

- 8.1. Para garantir que a contratação gere o resultado mais vantajoso para a Administração Pública e assegure a entrega de um equipamento de alta qualidade e funcionalidade, serão exigidos os seguintes requisitos e condições de fornecimento:

### **Requisito de Qualificação Técnica Essencial:**

- 8.2. Dada a natureza do equipamento de proteção coletiva (EPC) cujo propósito é salvar a vida, o requisito técnico fundamental não se refere à manutenção ou suporte contínuo, mas à comprovação de sua capacidade e segurança estrutural.
- 8.3. A complexidade deste objeto não reside em sua operação, mas em sua engenharia e construção. Portanto, é indispensável que a empresa contratada demonstre, por meio de documentação técnica idônea, que o produto ofertado é seguro e adequado à sua finalidade.

### **Condições para o Fornecimento do Bem:**

- 8.4. O Termo de Referência especificará as seguintes condições essenciais que a Contratada deverá cumprir para a boa e perfeita execução do contrato:
- 8.5. A Contratada deverá efetuar a entrega da gaiola de segurança em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme as especificações detalhadas no Termo de Referência, no prazo e local indicados pela Administração.
- 8.6. O equipamento deverá ser acompanhado da respectiva Nota Fiscal – na qual constarão marca, fabricante, modelo e prazo de garantia – e, impreterivelmente, do Laudo Técnico e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) que ateste sua capacidade e segurança.
- 8.7. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada por quaisquer prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, por vícios ocultos ou aparentes, ou por defeitos de fabricação.





- 8.8. A Contratada deverá garantir que o bem esteja em conformidade com as normas técnicas pertinentes (ABNT, etc.) e, principalmente, com as especificações atestadas no Laudo Técnico/ART apresentado.
- 8.9. A Contratada deverá fornecer diretamente o equipamento, não sendo permitida a subcontratação total do objeto.
- 8.10. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.11. A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos incidentes e a arcar com todas as despesas operacionais, incluindo custos de transporte até o local de entrega.

**INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

(x) NÃO

- 9. JUSTIFICATIVAS** (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

**Justificativa para as Exigências de Qualificação Técnica**

- 9.1. A exigência de qualificação técnica para esta contratação está focada na segurança intrínseca do produto, e não em atestados de fornecimentos anteriores. A parcela de maior relevância técnica do objeto não é sua complexidade de uso, mas sua capacidade de proteger a vida do servidor.
- 9.2. Dessa forma, a qualificação técnica será comprovada pela apresentação, junto à proposta, da documentação que ateste a segurança do equipamento ofertado, sendo o Laudo Técnico e/ou a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) o requisito fundamental.
- 9.3. Esta abordagem garante a segurança e a qualidade do bem sem restringir indevidamente a competição, permitindo que qualquer fornecedor participe, desde que o produto ofertado cumpra as indispensáveis normas de segurança.

**Da Dispensa da Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.4. Para a presente contratação, opta-se pela dispensa das exigências de qualificação econômico-financeira, decisão amparada no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 9.5. A referida norma legal faculta à Administração a dispensa de documentos de habilitação, no todo ou em parte, em contratações para entrega imediata. A aquisição do objeto em tela enquadra-se nesta hipótese, uma vez que o prazo estipulado para o fornecimento é de 15 (quinze) dias úteis, em remessa única, o que atende ao conceito de entrega imediata definido pelo art. 6º, inciso X, da mesma Lei.
- 9.6. A decisão de dispensar tal qualificação se justifica pela redução de risco para a Administração, a aquisição com fornecimento integral e em curto prazo, não se caracteriza como um serviço continuado. O risco financeiro para a Administração



é mitigado, pois o pagamento ocorrerá somente após o recebimento definitivo do bem, o que garante que a obrigação do contratado será cumprida antes do desembolso de recursos públicos.

#### Justificativa do Critério de Julgamento da Proposta

- 9.7. Considerando que o objeto desta contratação classifica-se como um bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, o critério de julgamento será o de menor preço.
- 9.8. Uma vez atendidas todas as especificações técnicas, que já garantem o padrão de segurança e qualidade necessário, a proposta de menor preço será a mais vantajosa para a Administração, em conformidade com o princípio da economicidade e o art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

**10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)** descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

- 10.1. A aquisição foi planejada para minimizar impactos ambientais através da escolha de especificações que privilegiam a durabilidade e a reciclabilidade, a estimativa de durabilidade é superior a 10 anos.
- 10.2. A exigência de materiais robustos, como aço carbono de alta resistência reduz a necessidade de substituições precoces, mitigando o impacto ambiental associado à fabricação de novos itens.
- 10.3. O equipamento é constituído quase integralmente por aço, material **100% reciclável**. Ao final de seu ciclo de vida útil, o bem não se tornará rejeito ambiental; ele passará por processo de desfazimento via **leilão de bens inservíveis** como sucata ferrosa, garantindo sua reinserção na cadeia produtiva siderúrgica e o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

**11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)** demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

- 11.1. A contratação da gaiola de segurança para inflar pneus visa alcançar resultados diretos e mensuráveis em termos de segurança do trabalho, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos, conforme detalhado a seguir:
- 11.2. O resultado mais significativo é a neutralização de um risco classificado como de Nível Alto (8) e com severidade "Fatal ou Incapacitante" (4), conforme apontado pelo Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). A gaiola proporcionará um ambiente de trabalho seguro, garantindo a integridade física do servidor e a conformidade com as normas de segurança do trabalho.
- 11.3. Ao proteger o servidor de acidentes, a Administração evita a possibilidade de afastamentos de longa duração ou permanentes. Isso garante a continuidade do trabalho de um profissional essencial para a manutenção da frota, otimizando a força de trabalho disponível.



- 11.4. O principal resultado econômico é a prevenção de despesas catastróficas que um único acidente acarretaria ao erário. O investimento na gaiola é irrisório quando comparado aos custos potenciais com tratamentos médicos, reabilitação e possíveis pensões por invalidez, além de possíveis indenizações e despesas com processos judiciais e custos relacionados à substituição, contratação e treinamento de um novo profissional.
- 11.5. A contratação representa um investimento de altíssimo retorno ao proteger o Município de um passivo financeiro e jurídico de valor imensurável, atendendo plenamente ao princípio da economicidade na sua forma mais eficaz: a prevenção.
- 11.6. O borracheiro é um profissional-chave para manter a frota municipal (caminhões, máquinas, ambulâncias) em operação. Um acidente grave paralisaria a manutenção de pneus, impactando diretamente a prestação de serviços essenciais à população. Garantir a segurança deste servidor é, portanto, garantir a continuidade e a eficiência operacional da Prefeitura.

**12. REGIME DE FORNECIMENTO** (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

- 12.1. O fornecimento do equipamento se dará em parcela única.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL** (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	José Carlos Ventura Junior
Fiscal Administrativo:	Bianca Schreiber
Suplente de Fiscal Administrativo	Iris Cristina Bertolini
Fiscal de Recebimento/Execução:	Isac Vitor Medeiros
Fiscal Técnico:	A secretaria não dispõe
Suplentes:	Victor Prado

**14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES** (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

- 14.1. Não há.





**15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;**

- 15.1. A presente contratação, referente à aquisição da gaiola de segurança para inflar pneus, não estava originalmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025, ano de início do certame.
- 15.2. Apesar de não constar no plano, a aquisição está em total alinhamento com os objetivos estratégicos da Administração de promover a segurança e a saúde de seus servidores, bem como de garantir a continuidade dos serviços essenciais que dependem da manutenção da frota.
- 15.3. Adiar esta contratação significaria manter, de forma consciente, uma condição de trabalho de altíssimo risco, o que contraria os princípios da eficiência, da economicidade (pela prevenção de acidentes) e, sobretudo, da proteção à vida, pilares da Lei nº 14.133/2021.

**16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- 16.1. Por item.

**17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

- 17.1. ( X ) Bens e serviços comuns
- 17.2. O objeto enquadra-se na definição de bem comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais do mercado. Trata-se de equipamento padronizado, ofertado por diversos fornecedores do ramo metalúrgico e de segurança do trabalho, sem complexidade técnica ou heterogeneidade que justifique sua classificação como bem especial.

**18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

- 18.1. Não será exigida.
- 18.2. Opta-se pela não exigência de garantia de execução contratual, com fundamento no caráter discricionário conferido à Administração pelo art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A decisão pauta-se nos seguintes critérios:
- 18.3. O objeto trata-se de fornecimento de bem com entrega integral. O pagamento à contratada está condicionado exclusivamente ao Recebimento Definitivo do objeto, inexistindo antecipação de valores por parte da Administração.
- 18.4. A exigência de garantia para um objeto de baixo valor agregado e baixa complexidade imporia custos administrativos e financeiros desproporcionais aos licitantes, podendo onerar o preço final da proposta ou restringir a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MEs/EPPs).
- 18.5. A segurança da contratação já está resguardada pelas cláusulas de penalidades e pela exigência de garantia técnica do produto prevista no Termo de Referência.



**19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)** posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

- 19.1. Diante de todas as análises e justificativas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, concluímos pela plena viabilidade e necessidade da contratação para a aquisição da gaiola de segurança para inflar pneus.

**20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)** a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

A adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

**Modalidade de licitação**

(x) Pregão, (x) Tradicional ( ) SRP

**Critério de julgamento:**

(x) menor preço

**Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:**

(x) Aberto

**Caráter do orçamento estimado SIGILOSO**

(x) NÃO

**Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?**

(x) Recursos Próprios

Departamento de Controle de Frotas  
Dois Vizinhos, 22 de janeiro de 2026  
Isac Vitor Medeiros  
Matrícula Funcional 19497-1